



CÂMARA MUNICIPAL DE ALENQUER

ATA N.º 48

Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Alenquer, celebrada em 08 de julho de 2019.-----

-----No dia 08 de julho de 2019, na sala Dr. Teófilo Carvalho dos Santos, situada no edifício dos Paços do Concelho, reuniu a Câmara Municipal de Alenquer, sob a presidência do Sr. Pedro Miguel Ferreira Folgado, com a participação dos Srs. Vereadores Rui Fernando de Sousa Santos Soares da Costa, Frederico Augusto Soares Rogeiro, José Augusto Carvalho Almeida Honrado, Ernesto Simões Ferreira, Paulo Alexandre Raimundo Franco e Rosália Maria Hermínio Pedro Batista. -----

-----À hora fixada, ou seja, às 9.30 horas, foi pelo Sr. Presidente declarada aberta a reunião. -----

-----Secretariou a reunião a Chefe da Divisão Orçamental e Administrativa, Ana Paula Lontro Correia. -----

I. AUDIÇÃO DO PÚBLICO:

-----Nesta reunião foram ouvidos: -----

-----1 – **Ana Sofia Paulino**, residente no Casal das Trajanas, da União de Freguesias de Alenquer, pretendendo saber os desenvolvimentos do processo n.º 03/2016/1, relativo à denúncia escrita sobre as condições de higiene, salubridade e bem-estar animal na propriedade situada na Rua do Moledo, n.º 16, no Casal das Trajanas. -----

-----O **Presidente** informou que o processo faz parte da Ordem do Dia da presente reunião e será apreciado na altura oportuna. -----

-----2 – **Maria José Reis**, residente na Rua Casal da Redonda, n.º 9, em Alenquer, apresentando, em seu nome e de todos os passageiros que viajam, diariamente, deste concelho para Lisboa, a situação lastimável da higiene dos autocarros, que são escassos e vulgarmente atrasados, bem como a redução do valor mensal dos passes, com a qual discordam. -----

-----Alguns utilizadores, encontraram alternativa e vão de carro próprio até à Castanheira do Ribatejo, onde apanham o autocarro para Lisboa, porque o passe “metropolitano” abrange a Castanheira. No seu caso pessoal, vai de autocarro para a Castanheira, onde apanha outro autocarro para Lisboa, porque quando utilizou os dois passes, em simultâneo, foi multada. Pode fazer isto porque reside em Alenquer, mas os munícipes que vivem noutras localidades não o podem fazer porque os horários são restritos e têm de fazer a viagem direta. -----

-----Referiu que existe uma grande desigualdade nos valores dos passes, para a mesma distância quilométrica, estabelecendo comparação, entre as pessoas que viajam de Alenquer para Lisboa e as de Sesimbra, Palmela, Cascais, para o mesmo local, salientando, tratar-se de uma injustiça social.-----

-----Solicitou a colaboração do Presidente desta Câmara Municipal, também Presidente da CIMOeste, na resolução deste assunto, recordando que as Câmaras Municipais de Azambuja e de Torres Vedras, também inseridas no oeste, já encontraram soluções para os seus munícipes, através da CP. -----

-----Reiterou que o seu pedido abrange todos os cidadãos deste concelho que utilizam este meio de transporte para Lisboa.-----

-----Relevou que não se trata, somente, de uma questão financeira, mas de uma questão de princípio de igualdade de tratamento para com todos os cidadãos, apesar de viverem em regiões diferentes.-----

-----O **Presidente** concordou com a munícipe e recordou que a “Boa Viagem” é uma empresa privada. No entanto, irá transmitir-lhes as queixas dos munícipes, relativamente à higiene e ao escasso número de autocarros. -----

-----Quanto ao valor dos passes, referiu que, inicialmente, o Estado quando pensou nesta medida foi essencialmente para Lisboa e Porto. Posteriormente, alargou a medida a todo o país, mas o valor que disponibilizou para o oeste é pouco e inferior ao que disponibiliza para a área metropolitana de Lisboa.-----

-----Houve algum conforto de que a empresa “Boa Viagem” aceitaria os dois passes, a questão seria o transporte direto. Se esta medida se destina à descarbonização em Lisboa, em sua opinião, deverá ser a Câmara Municipal de Lisboa a cobrir a diferença dos valores, dos mencionados passes. -----

-----Informou que, durante o mês de setembro, irá reunir com o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, no sentido de perceberem o impacto desta medida e se Lisboa vai juntar valor a este processo para que baixe o valor dos passes neste concelho. Ao mesmo tempo, informou que irá reunir-se com o Secretário de Estado Adjunto e da Mobilidade para se perceber a viabilidade de Alenquer ter um passe único, até Lisboa.-----

-----Referiu que foi combinado com a empresa “Boa Viagem”, que os utilizadores do referido transporte utilizassem os dois passes, sem ser necessário sair do autocarro, comunicando que irá, junto daquela empresa, indagar a situação ocorrida com a munícipe. -----



CÂMARA MUNICIPAL DE ALENQUER

-----Acrescentou que o Estado não acautelou as inter-regionais e a medida que tomou foi em função da descarbonização das regiões de Lisboa e Porto, esquecendo os cidadãos que migram de uma região para outra. Entretanto, foi informado que será adicionado valor ao Orçamento do Estado, para que o valor dos passes seja mais equilibrado. -----

-----Por fim, sugeriu que a munícipe compareça na reunião ordinária desta Câmara Municipal, a realizar no dia 16 de setembro, a fim, de lhe ser comunicado o resultado da reunião, acima mencionada. -----

-----O vereador **Ernesto Ferreira** referiu ter conhecimento de que a fiscalização continua a criar problemas a quem é portador dos dois passes. -----

-----Questionou a razão de a CP considerar os valores para os passes, desde a localidade da Vala do Carregado, enquanto a "Boa Viagem" só considera a partir da Castanheira do Ribatejo, ambas, do concelho de Vila Franca de Xira, que pertencem à Área Metropolitana de Lisboa. -----

-----O **Presidente** referiu que, na referida reunião, irá invocar o facto de este concelho estar inserido no distrito de Lisboa. No entanto, existem muitos fatores a equacionar. -----

-----O vereador **Frederico Rogeiro** reconheceu, como positiva, a medida tomada para a descarbonização e promoção do transporte público, embora com um grande desequilíbrio territorial. -----

-----Em sua opinião, as medidas adotadas na redução dos passes favorecem mais as áreas metropolitanas, porque utilizaram, como critério de cálculo de distribuição de fundos, o número de utentes e não o número de habitantes e também fez com que as áreas onde já existiam mais transportes públicos fossem favorecidas. -----

-----Incentivou os utentes, mais desfavorecidos com esta medida, a batalhar para que a medida seja mais equilibrada. -----

-----Apelou a que, esta Câmara Municipal, trate esta situação como prioritária e faça a empresa "Boa Viagem" cumprir o acordado. -----

-----**3 - José Carlos Oliveira**, morador em Cossoaria, freguesia de Meca, pretendendo saber qual a solução tomada quanto à deslocalização dos contentores do lixo, colocados junto da sua habitação, recordando que já tinha apresentado este assunto numa reunião anterior. -----

-----O **Presidente** disse tratar-se de uma questão complexa, porque existe alguma dificuldade na deslocalização dos contentores do lixo para outro local, devido à discordância de outros habitantes. -----

-----Seguidamente, deu a palavra ao vereador **José Augusto Honrado**, o qual informou que, das alternativas ponderadas, nenhuma era viável, pelo que se optou por retirar um dos três contentores existentes e reparar a parede naquele local, mantendo os restantes dois e tentar, junto da Recolte, o reforço de recolha dos mesmos. -----

-----O município alvitrou a recolha porta a porta, tendo o **Presidente** informado que este sistema ainda não está implementado neste concelho e não faz parte do contrato, mas fica a sugestão. -----

II. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:

-----1. – **O Presidente:** -----

-----a) – **AdA - Águas de Alenquer, S.A.:** - distribuiu pelo Executivo cópia do relatório do mês de maio de 2019, elaborado pelo Departamento Operativo, acerca das reclamações apresentadas na entidade em assunto, no âmbito dos serviços prestados pela mesma. ---

-----b) – **Pagamento de Custos por Responsabilidade Civil:** - distribuiu pelo Executivo cópia da informação n.º 6576, de 03/07/2019, prestada pela Chefe da Divisão Orçamental e Administrativa, Paula Correia, na sequência do solicitado pelo vereador Ernesto Ferreira, na reunião de 29 de abril de 2019, acerca dos sinistros ocorridos, no âmbito da apólice de responsabilidade civil, cujas indemnizações pagas fossem de valor superior ao da franquia (250 euros). -----

-----2. – **O Vereador Frederico Rogeiro:** -----

-----a) – **Urbanização da Quinta do Brandão - Palácio:** - no seguimento de conversações anteriores, acerca do Palácio do Brandão, entendeu que a Câmara Municipal estava aconselhada a não intervencionar o imóvel porque os pareceres assim o diziam. Entretanto, verificou que os pareceres não abordam essa questão. Um dos pareceres solicitado pela Câmara, à CCDR, é para saber o que pode autorizar para aquela área, depois da caducidade do alvará e um outro de alguém que apresentou uma informação prévia para saber o que poderia fazer no seu lote depois da caducidade do alvará. -----

-----Supõe que o imóvel foi uma cedência e a partir daí a Câmara ficou com o mesmo disponível para o que quiser, dentro das condições de cedência, neste caso para um equipamento coletivo. -----

-----Em seu entender, esta Câmara Municipal, só poderá perder aquele imóvel, em benefício do antigo proprietário, caso não cumpra a finalidade para a qual a cedência está condicionada. Recordou o estado de degradação do edifício e disse que, em sua



CÂMARA MUNICIPAL DE ALENQUER

opinião, a Câmara não se deve convencer de que aguarda uma decisão judicial, para solucionar aquele problema. -----

-----Seria bom a Câmara analisar se pretende fazer um equipamento coletivo, o que deixou de fazer sentido a partir do momento em que o loteamento não foi bem-sucedido (não se construiu tanto como se perspetivou) ou se pretende calcular que indemnização seria devida para o caso de ser dada outra finalidade ao imóvel.-----

-----O **Presidente** concordou com a intervenção do vereador Frederico Rogeiro, acerca da cedência. Referiu que irá localizar e analisar o mencionado parecer com os advogados que o emitiram e apresentará o documento a esta Câmara Municipal, para uma tomada de decisão. -----

-----Colocou dúvidas se o edifício ainda é recuperável, apesar de já terem sido retiradas algumas coisas de valor, como por exemplo os vitrais.-----

-----O vereador **Frederico Rogeiro** referiu que, em sua opinião, a partir do momento que houve cedência do espaço, a Câmara Municipal terá toda a liberdade de o utilizar. Caso haja algum problema com o loteamento, terá de haver uma forma de compensação. -----

-----3. – O Vereador Ernesto Ferreira: -----

-----a) – Urbanização da Quinta Nova: - teceu comentários acerca dos espaços verdes, ajardinados, que envolvem a urbanização em título e pretendeu saber os desenvolvimentos do processo relativo a quem atribuir responsabilidades da manutenção dos mesmos. -----

-----Ao mesmo tempo, questionou se o IMI dos respetivos imóveis, contempla toda a zona de espaços verdes envolvente. -----

-----O **Presidente** informou que, no momento da emissão da licença de utilização, esta Câmara Municipal não acautelou o espaço público e, neste momento, todo o espaço envolvente, incluindo o mercado municipal, é propriedade do condomínio daquele loteamento. -----

-----Esclareceu que ainda não foi possível passar aquela zona para espaço público, porque não existe unanimidade entre os condóminos, por recearem que, depois, sejam realizadas ali festas. -----

-----Referiu que irá realizar-se uma reunião de condóminos no sentido de resolver esta questão e, caso aquele espaço se mantenha como privado, esta Câmara Municipal deixará de fazer a sua manutenção. -----

-----O vereador **Ernesto Ferreira** observou que teve conhecimento do teor do documento a ser discutido na referida reunião de condomínio, do qual, como membro do Executivo, discorda das condições apresentadas, em benefício do condomínio.-----

-----b) – **Parque de Estacionamento de Veículos Pesados no Eixo Alenquer/Carregado e Aquisição de Terreno:** - pretendeu saber qual o terreno, exato, que esta Câmara Municipal adquiriu, destinado a parque de pesados. Tomou conhecimento, através da comunicação social, de um projeto para aquela finalidade, solicitando esclarecimentos sobre o mesmo.-----

-----O **Presidente** informou que não foi pacífica a reunião com os habitantes da zona onde os camiões estacionam presentemente. Apresentou uma proposta de projeto ainda em análise, mas, os habitantes estavam à espera de um projeto já contratualizado.-----

-----Quanto à localização do terreno adquirido para o futuro parque de pesados, enviará ao Executivo um desenho com as respetivas delimitações.-----

-----c) – **Campo de Futebol da Associação Desportiva do Carregado (ADC):** - recordou a aquisição de um terreno destinado à construção de um campo de futebol, para a associação em título, sendo, posteriormente, colocada a hipótese de se construir naquele espaço, um parque urbano.-----

-----Disse ter conhecimento da criação de uma petição, sobre esta questão, pretendendo saber se existe algum projeto para parque urbano ou outras opções.-----

-----O **Presidente** disse desconhecer a criação de uma petição e referiu que a opção desta Câmara Municipal, foi adquirir o terreno, no sentido de ali construir um parque verde e analisar com a Associação Desportiva do Carregado onde poderia ser construído um novo campo. O processo administrativo é muito demorado, embora, o advogado da família Pinto Barreiros, esteja a recolher as procurações necessárias à celebração da escritura. No entanto, ainda falta encetar negociações com mais dois proprietários, no sentido de venderem a sua parte, que não é significativa, nem em termos de terreno, nem monetariamente.-----

-----d) – **Estradas – Pedreiras:** - recordou que numa reunião anterior, comentou o corte de estrada entre as Pedreiras e a localidade do Bairro, pretendendo saber os desenvolvimentos da sua reparação, salientando que os proprietários das pedreiras são os responsáveis pela situação.-----

-----O **Presidente** informou que aguarda a apresentação de uma solução por parte dos proprietários das pedreiras.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE ALENQUER

-----e) – **Rotunda da Carapinha:** - alertou para o facto de existir, novamente, muita terra junto à rotunda em epígrafe, relevando o caso de entupimento quando chove.-----

-----Questionou quem é responsável por aquela limpeza. -----

-----O **Presidente** explicou que já foi melhorada a questão da rotunda, a limpeza é da responsabilidade da Câmara e irá incumbir o respetivo serviço municipal de proceder à sua limpeza, para evitar, novamente, o entupimento.-----

-----f) – **Aterro de Resíduos Industriais Banais:** - solicitou que seja agendada, com a maior brevidade possível, uma visita ao aterro em assunto, para perceber o género de materiais, ali tratados.-----

-----O **Presidente** incumbiu o vereador Paulo Franco de agendar uma visita ao local e partilhar a data com o Executivo.-----

-----g) – **Desvio - Trânsito Pesado:** - comentou o excesso de trânsito pesado que circula neste concelho, nomeadamente no IC 2, até ao nó de ligação do Autoestrada, no Carregado, bem como, o trânsito que circula no sentido norte/sul que, para evitar as portagens de Aveiras, vem sempre por dentro de povoações, até à entrada no Carregado.-----

-----Sugeriu que esta Câmara Municipal solicite junto da IP - Infraestruturas de Portugal, um estudo sobre esta matéria, solicitando que lhe seja facultado o resultado da resposta.-

-----O **Presidente** concordou com a sugestão do vereador Ernesto Ferreira e esclareceu que está em estudo uma alternativa à circulação de pesados que, posteriormente, será apresentada. -----

III. ORDEM DO DIA:

-----1. - **Aprovação de Ata:** - Transcrita no livro próprio, procedeu-se à distribuição da ata da reunião ordinária do dia 24 de junho de 2019 que, para efeitos imediatos, havia ficado logo aprovada em minuta, no final da mesma, nos termos do número 3 do artigo 57º da Lei número 75/2013, de 12 de setembro.-----

-----Depois de dispensada a sua leitura, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprová-la, de harmonia com o disposto no número 2 do citado articulado.-----

-----O Presidente não votou a ata da reunião ordinária de 24 de junho, ao abrigo do n.º 3 do artigo 34.º do Decreto-Lei número 4/2015, de 7 de janeiro, que aprova o Código do Procedimento Administrativo. -----

OBRAS DE PARTICULARES:

2. PROCESSOS À CONSIDERAÇÃO DA CÂMARA

-----No âmbito da legislação aplicável submete-se os seguintes processos à aprovação da Câmara:-----

-----**Ponto 2-A**-----

-----**2-A_1 - Processo n.º 02/1974/413** - Relativo à operação de loteamento urbano que António Pereira da Brázia levou a efeito no prédio situado na rua Dr. Duarte Rosa Ramos, no lugar de Camarnal, união das freguesias de Alenquer (Santo Estêvão e Triana), licenciada através do alvará de loteamento n.º 5/75.-----

-----No seguimento do pedido de alteração ao mencionado alvará de loteamento formulado por José Manuel Tralha Batista, respeitante ao lote 7A, a engenheira municipal Eva Santos emitiu a informação a seguir indicada, bem como o chefe da Divisão do Urbanismo, engenheiro municipal Fernando Baptista emitiu o parecer contido na mesma informação, o qual refere que se propõe o deferimento do pedido de alteração ao alvará de loteamento que consiste na alteração (retificação) da área do lote 7A para 650 m2, alteração esta de acordo com o n.º 8 do artigo 27º do Decreto – Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação vigente, devendo ser presente à reunião de Câmara para deliberação.-----

-----**2-A_1_A Informação técnica n.º 6070/DURB/19-06-2019;**-----

-----**2-A_1_B Planta de localização;**-----

-----**Deliberação:** A Câmara deliberou, por unanimidade, deferir a pretensão nos termos e nas condições indicadas na informação prestada pela gestora do procedimento e parecer emitido pela chefe da Divisão do Urbanismo, alteração que consiste na alteração (retificação) da área do lote 7A, passando a possuir a área de 650 m2, estando a presente alteração de acordo com o n.º 8 do artigo 27º. do Decreto-Lei nº 555/99, de 16.12, na sua redação vigente.-----

-----**2-A_2 - Processo n.º 05/2019/8384 - Pedido de certidão de constituição de compropriedade:** Requerimento de Helena Santo, advogada, no qual solicita parecer desta Câmara Municipal, previsto no artigo 54.º da Lei n.º 91/95, de 2 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2003, de 23 de agosto, para constituição de compropriedade sobre o prédio rústico denominado “Coice”, situado na união das freguesias de Ribafria e Pereiro Palhacana, inscrito na matriz cadastral sob o artigo 5, Secção E, da dita união de freguesias e descrito na Conservatória dos Registos Civil, Predial, Comercial e Automóveis de Alenquer sob o n.º 257 da freguesia de Pereiro de



CÂMARA MUNICIPAL DE ALENQUER

Palhacana, sendo adjudicado, na proporção de 1/2 a favor de cada um dos futuros comproprietários.-----

----Acerca da pretensão a engenheira municipal Eva Santos emitiu a seguinte informação:-----

----**2-A_2_A – Informação técnica n.º 6412/DURB/28-06-2019;**-----

----**2-A_2_B Planta de localização;**-----

----**Deliberação:** A Câmara deliberou, por unanimidade, emitir parecer favorável à constituição de compropriedade sobre o prédio rústico denominado “Coice”, situado na união das freguesias de Ribafria e Pereiro Palhacana, inscrito na matriz cadastral sob o artigo 5, Secção E, da dita união de freguesias e descrito na Conservatória dos Registos Civil, Predial, Comercial e Automóveis de Alenquer sob o n.º 257 da freguesia de Pereiro de Palhacana, sendo adjudicado, na proporção de 1/2 a favor de cada um dos futuros comproprietários, sob condição de não existir parcelamento físico, o terreno não se destinar a construção urbana nem a operação de loteamento e emitir a certidão respetiva.

----**2-A_3 - Processo n.º 05/2019/8154 - Pedido de certidão de constituição de compropriedade/aumento de compartes:** Requerimento de Maria Amélia Vasques Dias Almeida, no qual solicita parecer desta Câmara Municipal, previsto no artigo 54.º da Lei n.º 91/95, de 2 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2003, de 23 de agosto, para constituição de compropriedade/aumento de compartes sobre: o prédio rústico denominado “Ribeira”, situado no lugar e freguesia de Olhalvo, inscrito na matriz cadastral sob o artigo 25, Secção F, da dita freguesia de Olhalvo e descrito na Conservatória dos Registos Civil, Predial, Comercial e Automóveis de Alenquer sob o n.º 1524 da referida freguesia de Olhalvo, sendo adjudicado, na proporção de 1/2 a favor dos futuros comproprietários; prédio rústico denominado “Ribeira”, situado no lugar e freguesia de Olhalvo, inscrito na matriz cadastral sob o artigo 24, Secção F, da dita freguesia de Olhalvo e descrito na Conservatória dos Registos Civil, Predial, Comercial e Automóveis de Alenquer sob o n.º 2663 da referida freguesia de Olhalvo, sendo adjudicado, na proporção de 13/76 a favor dos futuros comproprietários e prédio rústico denominado “Ribeira”, situado no lugar e freguesia de Olhalvo, inscrito na matriz cadastral sob o artigo 23, Secção F, da dita freguesia de Olhalvo e descrito na Conservatória dos Registos Civil, Predial, Comercial e Automóveis de Alenquer sob o n.º 595 da referida freguesia de Olhalvo, sendo adjudicado, na proporção de 1/4 a favor dos futuros comproprietários.-----

-----Acerca da pretensão a engenheira municipal Eva Santos emitiu a seguinte informação:-----

-----**2-A_3_A – Informação técnica n.º 6407/DURB/28-06-2019;**-----

-----**Deliberação:** A Câmara deliberou, por unanimidade, emitir parecer favorável à constituição de compropriedade/aumento de partes sobre: o prédio rústico denominado “Ribeira”, situado no lugar e freguesia de Olhalvo, inscrito na matriz cadastral sob o artigo 25, Secção F, da dita freguesia de Olhalvo e descrito na Conservatória dos Registos Civil, Predial, Comercial e Automóveis de Alenquer sob o n.º 1524 da referida freguesia de Olhalvo, sendo adjudicado, na proporção de 1/2 a favor dos futuros comproprietários; prédio rústico denominado “Ribeira”, situado no lugar e freguesia de Olhalvo, inscrito na matriz cadastral sob o artigo 24, Secção F, da dita freguesia de Olhalvo e descrito na Conservatória dos Registos Civil, Predial, Comercial e Automóveis de Alenquer sob o n.º 2663 da referida freguesia de Olhalvo, sendo adjudicado, na proporção de 13/76 a favor dos futuros comproprietários e prédio rústico denominado “Ribeira”, situado no lugar e freguesia de Olhalvo, inscrito na matriz cadastral sob o artigo 23, Secção F, da dita freguesia de Olhalvo e descrito na Conservatória dos Registos Civil, Predial, Comercial e Automóveis de Alenquer sob o n.º 595 da referida freguesia de Olhalvo, sendo adjudicado, na proporção de 1/4 a favor dos futuros comproprietários, sob condição de não existir parcelamento físico, o terreno não se destinar a construção urbana nem a operação de loteamento e emitir a certidão respetiva. -----

-----**2-A_4 - Processo n.º 05/2019/8297 - Pedido de certidão de unificação de artigos matriciais:** Requerimento de Sandra Melo, solicitadora, no qual solicita parecer desta Câmara Municipal em como não vê inconveniente na unificação dos prédios urbanos inscritos na matriz predial sob os artigos 758 e 1633 da união das freguesias de Alenquer (Santo Estêvão e Triana), atualmente situados na rua do Bairro Novo, n.º 10, no lugar de Porto da Luz. -----

-----Acerca da pretensão a engenheira municipal Eva Santos emitiu a seguinte informação:-----

-----**2-A_4_A – Informação técnica n.º 6325/DURB/27-06-2019;**-----

-----**2-A_4_B – Informação Técnica n.º 6190, de 24-06-2019;**-----

-----**2-A_4_C – Planta de localização**-----



CÂMARA MUNICIPAL DE ALENQUER

-----**Deliberação:** A Câmara deliberou, por unanimidade, emitir parecer favorável à unificação dos prédios urbanos inscritos na matriz predial sob os artigos 758 e 1633 da união das freguesias de Alenquer (Santo Estêvão e Triana), atualmente situados na rua do Bairro Novo, n.º 10, no lugar de Porto da Luz e emitir a certidão respetiva, devendo, ainda, certificar-se que a licença de utilização 118/88 foi emitida para as construções objeto de unificação, localizadas na Rua do Bairro Novo, n.º 10, no lugar de Porto da Luz, bem como que o referido prédio foi construído através dos Processos de Obras n.ºs. 01/1964/123 (construção de moradia), 01/1981/47 (modificação de garagem) e 01/1983/3 (ampliação de moradia) todos em nome de José Luís dos Santos Carvalho, tendo a presente unificação o fim de inscrição do prédio em causa em propriedade total com andares e divisões suscetíveis de utilização independente.-----

-----**2-A_5 - Processo n.º 05/2019/8268 - Pedido de certidão de desanexação de uma parcela de terreno:** Requerimento de Sérgio António Ferreira Alberto, no qual solicita parecer desta Câmara Municipal, em como não vê inconveniente na desanexação de uma parcela de terreno com a área de 230 m², a desanexar do prédio rústico denominado “Cerco” e “Falcão”, situado na freguesia de Ventosa, inscrito na matriz cadastral sob o artigo 62, secção P da freguesia de Ventosa e não descrito na Conservatória dos Registos Civil, Predial, Comercial e Automóveis de Alenquer, parcela esta que se destina à ampliação do logradouro do prédio urbano contíguo situado na Rua São Gonçalo, n.º 24, no lugar de Freixial de Cima, freguesia de Ventosa, inscrito na matriz predial sob o artigo 3681 da referida freguesia de Ventosa, não descrito na Conservatória dos Registos Civil, Predial, Comercial e Automóveis de Alenquer.-----

-----Acerca da pretensão a engenheira municipal Eva Santos emitiu a seguinte informação: -----

-----**2-A_5_A_ Informação técnica n.º 6099/DURB/19-06-2019;** -----

-----**Deliberação:** A Câmara deliberou, por unanimidade, não ver inconveniente na desanexação de uma parcela de terreno com a área de 230 m², a desanexar do prédio rústico denominado “Cerco” e “Falcão”, situado na freguesia de Ventosa, inscrito na matriz cadastral sob o artigo 62, secção P da freguesia de Ventosa e não descrito na Conservatória dos Registos Civil, Predial, Comercial e Automóveis de Alenquer, parcela esta que se destina à ampliação do logradouro do prédio urbano contíguo situado na Rua São Gonçalo, n.º 24, no lugar de Freixial de Cima, freguesia de Ventosa, inscrito na matriz predial sob o artigo 3681 da referida freguesia de Ventosa, não descrito na

Conservatória dos Registos Civil, Predial, Comercial e Automóveis de Alenquer, não constituindo esta desanexação uma operação de loteamento tal como se encontra definida na alínea i) do artigo 2º. do Decreto-Lei nº 555/99, de 16.12, na sua redação vigente, uma vez que não se destina de imediato e subsequentemente à construção urbana e emitir a certidão respetiva.-----

-----**2-A_6 - Processo n.º 05/2019/7673 - Pedido de certidão de destaque de parcela de terreno:**

Requerimento de Olinda Maria Gomes da Costa Brito Eusébio, no qual solicita a emissão de certidão de destaque de parcela de terreno com a área de 2.475 m2, correspondente ao prédio inscrito na matriz predial sob o artigo 1118 da freguesia de Ota e descrito na Conservatória dos Registos Civil, Predial, Comercial e Automóveis de Alenquer sob o n.º 971 da referida freguesia de Ota, a destacar do prédio rústico denominado "Quinta da Torre", inscrito na matriz cadastral sob o artigo 5, Secção AA-AA1, da união da freguesia de Ota e descrito na Conservatória dos Registos Civil, Comercial e Automóveis de Alenquer sob o n.º 30 da referida freguesia de Ota. -----

-----Acerca da pretensão a engenheira municipal Eva Santos emitiu a seguinte informação:-----

-----**2-A_6_A – Informação técnica n.º 6047/DURB/18-06-2019;**-----

-----**Deliberação:** A Câmara deliberou, por unanimidade, deferir o destaque de uma parcela de terreno com a área de 2.475 m2, correspondente ao prédio inscrito na matriz predial sob o artigo 1118 da freguesia de Ota e descrito na Conservatória dos Registos Civil, Predial, Comercial e Automóveis de Alenquer sob o n.º 971 da referida freguesia de Ota, a destacar do prédio rústico denominado "Quinta da Torre", inscrito na matriz cadastral sob o artigo 5, Secção AA-AA1, da freguesia de Ota e descrito na Conservatória dos Registos Civil, Comercial e Automóveis de Alenquer sob o n.º 30 da referida freguesia de Ota, uma vez que no presente destaque se verificam as condições constantes do nº 5 do artigo 6º. do RJUE, estando o destaque solicitado isento de licença, não sendo permitido efetuar no prédio originário novo destaque por um prazo de 10 anos conforme o disposto no n.º 6 do artigo atrás referido e emitir a certidão respetiva.

-----**Ponto 2 B**-----

-----**2_B_1 – Processo n.º 03/2016/1 - Relativo à denúncia escrita reportada à fiscalização municipal acerca das condições de higiene, salubridade e bem-estar animal na propriedade situada na Rua do Moledo, n.º 16, na localidade do Casal das Trajanas, na União das Freguesias de Alenquer (Santo Estêvão e Triana).**-----



CÂMARA MUNICIPAL DE ALENQUER

-----Acerca do assunto foi emitida a informação/auto de vistoria a seguir indicado. -----

-----**2_B_1_A Informação técnica n.º 6435/DURB/28-06-2019.**-----

-----Acerca do assunto em epígrafe foram levantadas algumas questões pela Vereadora Rosália Batista e Vereador Frederico Rogeiro, tendo o Presidente da Câmara e o Vice-Presidente Rui Costa esclarecido as mesmas, referindo que a arrendatária do imóvel e nele residente encontrando-se ao cuidado de Maria José dos Santos de Araújo Regalo foi levada para o hospital face às condições deploráveis e desumanas em que se encontrava. A Segurança Social e a GNR têm conhecimento da situação. A Câmara irá, na próxima quinta-feira, dia 11.07.2019, efetuar nova visita ao local acompanhada pela Autoridade de Saúde Concelhia numa tentativa de sensibilizar a D^a. Maria José dos Santos de Araújo Regalo da situação crítica e gravosa em que vive, prejudicando também terceiros e da necessidade da sua colaboração para resolução da mesma. -----

-----**Deliberação:** A Câmara tomou conhecimento, homologou o presente auto de vistoria e deliberou, por unanimidade, estabelecer o prazo de 8 dias para que a D^a. Maria José Regalo proceda à retirada dos cães de que é proprietária, localizados na residência que habita em conjunto com a D^a. Manuela Magda Cardoso Borges de Sousa, de quem figura o contrato de arrendamento e, no mesmo prazo, proceda à limpeza do logradouro e zona envolvente da habitação em causa. -----

-----**3. - Tarifário Especial para o Serviço de Abastecimento de Água e Tarifário Social para o Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos e de Limpeza Pública:** -

Subscrita pelo senhor Vice-Presidente, em 01 de julho em curso, foi presente a proposta número 6475 - VP/2019, que se transcreve: -----

-----“CONSIDERANDO:-----

-----A informação prestada pela Técnica Superior, Inês Lopes, da Unidade Técnica do Potencial Humano, registada sob o número 6475, em 01 de julho em curso, e que: -----

-----No dia 13 de abril de 2016 entrou em vigor o novo Regulamento de Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos do Município de Alenquer, publicado no *Diário da República*, 2^a série – N.º 56 – 21 de março de 2016, o qual prevê no artigo 58.º, a aplicação dos tarifários sociais a utilizadores domésticos que se encontrem numa situação de carência económica comprovada pelo sistema de Segurança Social e a utilizadores não-domésticos que sejam pessoas coletivas de declarada utilidade pública;--

-----O Tarifário para Famílias Numerosas não está disponível para o serviço de gestão de resíduos urbanos e de limpeza pública, conforme estabelecido no número 4 do artigo 58.º do referido regulamento;-----

-----Se mantêm as condições de acesso para benefício do Tarifário Especial para o Serviço de Abastecimento de Água e Drenagem de Águas Residuais do Município de Alenquer, conforme estipulado no Protocolo – Tarifário Especial, celebrado entre o Município de Alenquer e a AdA – Águas de Alenquer, S.A.;-----

-----Com base nas avaliações técnicas realizadas de acordo com o estipulado no Protocolo – Tarifário Especial celebrado entre o Município de Alenquer e a AdA – Águas de Alenquer, e no Regulamento de Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos do Município de Alenquer e do Tarifário Social para o Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos e de Limpeza Pública do Município de Alenquer, -----

-----**PROPONHO**, a atribuição dos benefícios dos referidos tarifários aos munícipes a seguir identificados, por reunirem os requisitos necessários para usufruírem dos mesmos:

-----**SERVIÇO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS – TARIFÁRIO SOCIAL** -----

-----1 – Maria Clara Fernandes Paulino, residente na Praceta Diamantino Almeida Vicente, n.º 8, 1.º dto., em Casais da Marmeleira, 2580-132 Cadafais, com o n.º de cliente 20166;-----

-----2 – Carla Cristina Almeida Vieira, residente na Rua da Escola, n.º 21, em Canados, 2580-172 Alenquer, com o n.º de cliente 7087624;-----

-----3 – Clotilde Pereira Rafael Ramalho, residente na Avenida António Maria Jalles, n.º 82, 1.º esq., em Alenquer, 2580- 285 Alenquer, com o n.º de cliente 6635377; -----

-----4 – Sandra Cristina Torres da Costa, residente na Rua Pêro da Covilhã, n.º 100, 2.º esq., em Carregado, 2580-497 Carregado, com o n.º de cliente 7083572; -----

-----5 – Marlene Rocha Fortunato, residente na Rua da Judiaria, n.º 8, cave, em Alenquer, 2580-314 Alenquer, com o n.º de cliente 6205160; -----

-----6 – Ângela D’Ascensão Clemente, residente na Praceta João Gonçalves Zarco, lote 47 r/c, em Carregado, 2580-484 Carregado, com o n.º de cliente 18710;-----

-----7 – António Vasco Sousa Brás, residente na Rua das Carreiras, 15, no Bairro, 2580-190 Abrigada, com o n.º de cliente 5901740;-----

-----8 – Marisa Alexandra Oliveira do Carmo Ferreira, residente na Rua Forno da Telha, n.º 18, em Cadafais, 2580-133 Cadafais, com o n.º de cliente 5061342;-----



CÂMARA MUNICIPAL DE ALENQUER

-----9 – Maria Lionete dos Santos Carvalho Neto, residente na Rua 1.º de Maio, n.º 1, no Camarnal, 2580- 376 Alenquer, com o n.º de cliente 13098;-----

-----10 – Diamantina Maria Batista Trindade Gonçalves, residente na Praceta Diamantino Almeida Vicente, n.º 4, cave esquerda, em Cadafais, 2580-132 Cadafais, com o n.º de cliente 4806263;-----

-----11 – Flávia Cleyce Bueno Alves de Jesus, residente na Rua Dinis Dias, lote 93, 6.º eq., em Carregado, 2580-473 Carregado, com o n.º de cliente 7037015;-----

-----12 – Sandra Isabel Ribeiro Pereira, residente na Rua Principal n.º 47, em Casais Novos, 2580-347 Alenquer, com o n.º de cliente 6378374;-----

-----13 – Fernanda Manuela Ferreira Furtado, residente na Praceta Pedro Álvares Cabral, lote 2, 6.º dto., em Carregado, 2580-494 Carregado, com o n.º de cliente 6022146;-----

-----14 – Maria Luísa Farelo Soares, residente na Rua das Fontainhas, n.º 19, no Bairro, 2580-064 Abrigada, com o n.º de cliente 6733786;-----

-----15 – Olívia Maria Costa Oliveira Patrício, residente na Rua Principal n.º 6, no Casal das Eiras, em Carnota, 2580-147 Carnota, com o n.º de cliente 28566;-----

-----16 – Letícia Dilly Anjos, residente na Rua Pedro Sintra, lote 83, r/c, eq., em Carregado, 2580- 495 Carregado, com o n.º de cliente 6934170;-----

-----17 – Maria Leonarda da Costa Ramos, residente na Travessa do Beco, n.º 22-E, em Casais da Marmeleira, 2580-132 Cadafais, com o n.º de cliente 6568386;-----

-----SERVIÇO DE GESTÃO DE RESÍDUOS URBANOS E DE LIMPEZA PÚBLICA – TARIFÁRIO SOCIAL-----

-----1 – Maria Luísa Farelo Soares, residente na Rua das Fontainhas, n.º 19, no Bairro, 2580-064 Abrigada, com o n.º de cliente 6733786;-----

-----SERVIÇO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS – TARIFÁRIO FAMILIAR-----

-----1 – Luís Miguel Borges Fernandes, residente na Rua Principal, Condomínio Casal do Anjinho, letra D, em Rabadana, 2580-153 Carnota, com o n.º de cliente 4963547 e 3 filhos dependentes.”-----

-----O vereador **Ernesto Ferreira** solicitou esclarecimentos acerca dos requisitos necessários para obtenção deste benefício, tendo o Vice-Presidente prestado os devidos esclarecimentos.-----

----**Deliberação:** A Câmara deliberou, por **unanimidade**, conceder os benefícios dos tarifários solicitados aos munícipes referenciados na proposta supra, por reunirem os requisitos necessários para usufruírem dos mesmos.-----

-----4. – **“Criação de Postos de Abastecimento de Carros Elétricos”** –

Recomendação da Assembleia Municipal: - Ofício número 236/2017-2021, de 27 de junho findo, da Assembleia Municipal de Alenquer, enviando uma recomendação, aprovada, por unanimidade, na sessão do passado dia 26 de junho, do seguinte teor:-----

----“O aquecimento global e as consequentes alterações climáticas são fenómenos que põem em causa a biodiversidade existente no nosso planeta e, claro está, aos quais a Humanidade não está imune. -----

----A ameaça de extinção de praticamente todas as espécies animais e vegetais que encontramos atualmente no planeta é séria e, segundo as mais recentes previsões da ONU, esta tornar-se-á num cenário real e concreto caso se consumam todas as reservas de combustíveis fósseis ainda existentes, o que contribuirá decisiva e tragicamente para um aumento da temperatura global entre os 3 e os 5 graus centígrados até ao final deste século.-----

----No imediato, o sul da Europa é já severamente afetado e, por conseguinte, é seguro afirmar que Portugal se encontra numa zona do globo particularmente sensível a fenómenos climáticos extremos provocados pelo aquecimento global, sejam eles observados na forma de secas prolongadas, de fogos florestais incontrolláveis, de tempestades devastadoras ou ainda no assustador avanço do mar sobre a orla costeira nacional, consequência direta do derretimento dos calotes polares. -----

----Assim, é da mais elementar premência tomar medidas que possam evitar o aumento da temperatura global para um patamar que impossibilite a existência de toda e qualquer forma de vida na Terra. Refletindo preocupações com o futuro do planeta, os últimos Orçamentos do Estado aprovados na Assembleia da República durante a atual legislatura têm neles inscritas medidas de apoio e incentivo à compra de veículos elétricos, dissuadindo a aquisição de veículos com motores de combustão alimentados por combustíveis fósseis e responsáveis por boa parte da emissão de gases com efeito de estufa para a atmosfera.-----

----Com um quadro tão dantesco a desenhar-se no horizonte, não é da exclusiva responsabilidade dos órgãos detentores do poder político central dar mostras de empenho na proteção do meio ambiente e da biodiversidade. Aos órgãos de poder local



CÂMARA MUNICIPAL DE ALENQUER

é igualmente exigido que acompanhem este esforço e que adotem medidas que possam complementar as opções tomadas noutros patamares de decisão. -----

-----Face ao exposto, a Assembleia Municipal de Alenquer, reunida a 26 de junho de 2019, delibera recomendar à Câmara Municipal de Alenquer:-----

-----1) Que inicie os procedimentos necessários para a instalação de postos de abastecimento de veículos elétricos no concelho, incentivando assim os munícipes a utilizar este tipo de veículos e dando o seu contributo para promover a necessária alteração de comportamentos ambientalmente mais responsáveis." -----

-----**Deliberação:** A Câmara **tomou conhecimento** e deliberou, por **unanimidade** recomendá-la aos respetivos serviços para os devidos efeitos.-----

-----4.1 – 2.ª Revisão ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano de 2019: -

Ofício número 228/2017-2021, de 27 de junho último, da Assembleia Municipal de Alenquer, informando que os documentos em título, foram presentes à sua sessão realizada no dia 26 de junho último, tendo sido aprovados, por unanimidade. -----

-----**Deliberação:** A Câmara **tomou conhecimento**. -----

-----4.2 – Regulamento de Gestão do Monumento Natural do Canhão Cársico de

Ota: - Ofício número 229/2017-2021, de 27 de junho findo, da Assembleia Municipal de Alenquer, informando que o regulamento em título, foi presente à sua sessão realizada no dia 26 de junho último, tendo sido aprovado, por unanimidade.-----

-----**Deliberação:** A Câmara **tomou conhecimento**. -----

-----4.3 – Espaços Cidadão – Atribuição de Apoio Financeiro: - Ofício número

230/2017-2021, de 27 de junho último, da Assembleia Municipal de Alenquer, informando que a proposta em título, foi presente à sua sessão realizada no dia 26 de junho findo, tendo sido aprovada, por unanimidade. -----

-----**Deliberação:** A Câmara **tomou conhecimento**. -----

-----4.4 – Transportes Escolares - Celebração de Contrato Interadministrativo: -

Ofício número 231/2017-2021, de 27 de junho findo, da Assembleia Municipal de Alenquer, informando que o contrato em título, foi presente à sua sessão realizada no dia 26 de junho último, tendo sido aprovado, por unanimidade. -----

-----**Deliberação:** A Câmara **tomou conhecimento**. -----

-----4.5 – Celebração de Contrato Interadministrativo – Freguesia de Meca: -

Ofício número 232/2017-2021, de 27 de junho findo, da Assembleia Municipal de

Alenquer, informando que o contrato em título, foi presente à sua sessão realizada no dia 26 de junho último, tendo sido aprovado, por maioria. -----

-----**Deliberação:** A Câmara tomou conhecimento.-----

-----**4.6 – Celebração de Contrato Interadministrativo – Freguesia de Meca:** -

Ofício número 233/2017-2021, de 27 de junho último, da Assembleia Municipal de Alenquer, informando que o contrato em título, foi presente à sua sessão realizada no dia 26 de junho último, tendo sido aprovado, por unanimidade.-----

-----**Deliberação:** A Câmara tomou conhecimento.-----

-----**4.7 – Celebração de Contrato Interadministrativo – Freguesia de Meca:** -

Ofício número 234/2017-2021, de 27 de junho findo, da Assembleia Municipal de Alenquer, informando que o contrato em título, foi presente à sua sessão realizada no dia 26 de junho último, tendo sido aprovado, por maioria.-----

-----**Deliberação:** A Câmara tomou conhecimento.-----

-----**4.8 – Conselho Municipal de Educação do Concelho de Alenquer:** -

Ofício número 235/2017-2021, de 27 de junho último, da Assembleia Municipal de Alenquer, informando que a proposta em título, foi presente à sua sessão realizada no dia 26 de junho último, tendo sido aprovado, por unanimidade.-----

-----**Deliberação:** A Câmara tomou conhecimento.-----

-----**5. – Submissão da Candidatura da Operação “Requalificação e Ampliação da EB/JI de Cadafais” no Balcão 2020/Portugal 2020:** -

Elaborada pela Técnica Superior, Susana Porém, em serviço no Gabinete de Planeamento, Estratégia e Auditoria Interna, foi presente a informação número 6342, de 24 de junho findo, que se transcreve:-----

-----**I. Introdução**-----

-----A presente informação vem apresentar a V. Exa. os elementos conducentes à submissão da candidatura da Operação "**Requalificação e ampliação da EB/JI de Cadafais**" - Aviso n.º CENTRO-73-2017-01 (P.I. 10.5) /PDCT Região Oeste após a receção de um conjunto de elementos do Departamento Operativo, Divisão de Potencial Humano e Local (DPHL) e do Departamento Administrativo e Financeiro.-----

-----A candidatura do projeto em apreço decorre do Aviso N.º CENTRO-73-2017-01 - Desenvolvimento das Infraestruturas de Formação e Ensino – Infraestruturas Educativas para o Ensino Escolar (Ensino Básico e Secundário) – P.I. 10.5, publicitado na plataforma Portugal 2020 e é sustentada numa estratégia conjunta e intermunicipal, ao abrigo de uma visão de âmbito regional – Estratégia 2020, Oeste Portugal, consubstanciada num



CÂMARA MUNICIPAL DE ALENQUER

documento estruturante para a Região Oeste, o Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial da Região Oeste (PDCT). -----

-----A Operação encontra-se inscrita no Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial da CIM Oeste (PDCT), através de contrato celebrado, em 31.08.2015, entre a Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Centro 2020, a Autoridade de Gestão do Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência na Utilização dos Recursos (PO SEUR), a Autoridade de Gestão do Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (PO ISE) e a Comunidade Intermunicipal do Oeste. -----

-----II – Enquadramento -----

-----1. O Aviso N.º CENTRO-73-2017-01 – Prioridade de Investimento – Investimento no Ensino, na Formação, na Formação Profissional e nas Competências e na Aprendizagem ao Longo da Vida Através do Desenvolvimento das Infraestruturas de Formação e Ensino - Desenvolvimento das Infraestruturas de Formação e Ensino – Infraestruturas Educativas para o Ensino Escolar (Ensino Pré-Escolar, Básico e Secundário) – P.I. 10.5 tem como objetivo específico conceder apoios financeiros a operações que contribuam para a qualificação e modernização do parque escolar na Região Centro, designadamente, ao nível do investimento na rede do ensino para crianças em idade pré-escolar e escolar, através de intervenções em infraestruturas e equipamentos (prioridade de investimento 10.5/10.a).-----

-----2. São suscetíveis de apoio as Operações com enquadramento nas seguintes tipologias: -----

-----a) Investimento nas infraestruturas e equipamentos do ensino pré-escolar; -----

-----b) Investimento nas infraestruturas e equipamento do ensino básico e secundário. -----

-----3. A candidatura da Operação de **"Requalificação e ampliação da EB/JI de Cadafais"** enquadra-se na prioridade de investimento 10.5/10.a – Investimentos na educação, na formação e na formação profissional para a aquisição e competências e a aprendizagem ao longo da vida através do desenvolvimento das infraestruturas educativas e formativas.-----

-----4. Dotação Financeira -----

-----A Operação tem € 467.500,00 como valor inicial inscrito no PDCT.-----

-----Recentemente, esse valor foi objeto de reforço, mediante Decisão da Comissão C (2018) 8483, de 05.12.2018 e aprovação na 85.ª Reunião da Comissão Diretiva realizada

a 22 de maio, tendo passado a beneficiar de uma comparticipação global de € 687.885,12. -----

-----5. Candidatura-----

-----Com a presente Operação pretende-se:-----

-----a) Requalificar, ampliar e modernizar a atual EB1 de Cadafais, que atualmente é constituída por dois edifícios distintos no mesmo recinto escolar, construídos em épocas distintas; -----

-----b) Alterar a tipologia deste estabelecimento escolar de EB para EB/JI de Cadafais.-----

-----Objetivos gerais:-----

-----Tem como objetivo o de dotar este estabelecimento de ensino com as melhores condições de conforto e funcionalidade que permitam satisfazer as atuais exigências regulamentares exigidas aos espaços escolares, entendidos como espaços para acolhimento educativo dos alunos, nomeadamente no que diz respeito à realização de atividades de animação e apoio à família.-----

-----A sua concretização permitirá, por um lado, que as crianças/ alunos passem a usufruir de espaços de apoio e áreas multifuncionais (biblioteca, sala polivalente, salas de atividades) que certamente contribuirão para a melhoria da qualidade do processo de ensino/ aprendizagem, mas também permitirá, por outro lado, e atendendo a que este estabelecimento de ensino acolhe anualmente crianças que não têm vaga nos outros dois estabelecimentos de ensino do Agrupamento de Escolas do Carregado, dar continuidade aos fluxos migratórios a que esta freguesia está sujeita, assim como promover a igualdade de oportunidades visto que existem vários complexos escolares no concelho, designadamente na União de Freguesias do Carregado e Cadafais, onde os alunos dispõem de todas as condições em termos de infraestruturas.-----

-----Objetivos específicos:-----

-----A "Requalificação e a ampliação da EB/JI de Cadafais" pretende contribuir para a requalificação do parque escolar concelhio, visando: -----

-----Criar e melhorar as salas de atividades e salas polivalentes, as quais são essenciais no desenvolvimento de atividades educativas lúdicas;-----

-----Criar e requalificar os diversos espaços de apoio; -----

-----Aumentar as áreas de recreio coberto;-----

-----Arranjar os espaços exteriores; -----

-----Melhorar as condições de climatização dos estabelecimentos de ensino; -----



CÂMARA MUNICIPAL DE ALENQUER

-----Implementar as novas tecnologias de comunicação e informação (TIC) entendidas como ferramentas fundamentais no percurso escolar dos alunos. -----

-----Valores de Investimento Total e Montante do Apoio:-----

-----A Operação tem um investimento total previsto de € 994.992,99 e elegível de € 993.838,76, tendo-se solicitado uma comparticipação máxima de € 844.762,94,00, pese embora a comparticipação FEDER contratualizada no PDCT ascenda apenas a € 687.885,12, conforme explanado no quadro seguinte: -----

Quadro de Investimento Total e Comparticipação FEDER/CENTRO 2020

Ano		Custo total previsto	Investimento elegível	Investimento Não elegível	FEDER (85%)	Autarquia (15%)	Despesa pública
Estudos, pareceres, projetos e consultoria	Estudo geológico/geotécnico	3 794,55	3 794,55	0,00	3 225,37	569,18	569,18
	Projeto de execução	24 932,10	24 932,10	0,00	21 192,29	3 739,82	3 739,82
Outros Serviços	Fiscalização e Coordenação de Segurança	92 237,70	92 237,70	0,00	78 402,05	13 835,66	13 835,66
Edifícios	Empreitada	766 257,38	766 257,38	0,00	651 318,77	114 938,61	114 938,61
Aquisição de Bens	Material didático	14 989,15	14 989,15	0,00	12 740,78	2 248,37	2 248,37
Equipamento Informática	Equipamento de Informática	13 989,28	13 989,28	0,00	11 890,89	2 098,39	2 098,39
Equipamento Básico	Mobiliário	40 479,96	39 325,73	1 154,23	33 426,87	5 898,86	7 053,09
Ajustamento de Preços	Revisão de Preços (5%)	38 312,87	38 312,87	0,00	32 565,94	5 746,93	5 746,93
TOTAIS		994 992,99	993 838,76	1 154,23	844 762,94	149 075,82	150 230,04

-----A distribuição anual do investimento, é feita da seguinte forma:-----

Ano	FEDER (85%)	Autarquia (15%)	Despesa pública	Investimento elegível	Despesa total Autarquia	Custo total
2016	1.059,62	186,99	1.246,61	1.246,61	186,99	1.246,61
2017	6.404,21	1.130,16	7.534,37	7.534,37	1.130,16	7.534,37
2019	16.953,82	2.991,85	19.945,67	19.945,67	2.991,85	19.945,67
2020	364.865,64	64.388,05	429.247,54	429.253,69	64.388,05	429.247,54
2021	455.484,88	80.552,82	537.018,80	535.864,57	80.552,82	537.018,80
TOTAIS	€844.762,94	€ 149.075,82	€ 994.992,99	€ 993.838,76	€ 150.230,05	€ 994.992,99

7.Prazos de Execução Física e Financeira -----

-----Quanto à calendarização da realização física e financeira, o projeto iniciou-se em 28 de outubro de 2016, estando prevista a sua conclusão física em 01 de junho de 2021 e financeira em 30 de novembro de 2021 (devido à revisão de preços). -----

8.Previsão nas Grandes Opções do Plano da CMA -----

-----O projeto em apreço encontra-se contemplado nas Grandes Opções do Plano com o código 02 211 2017 1-1 EB/JI de Cadafais, com o montante definido de € 559.991,67, sendo manifestamente insuficiente face ao custo total previsto na candidatura para a presente Operação de € 994.992,99. -----

9. Indicadores de realização e resultados -----

-----O Município de Alenquer propõe-se contribuir para os seguintes indicadores: -----

Indicadores Realização / Resultado	Unidade de Medida	Meta	Valor ref.º	Ano Alvo
Realização:				
Capacidade das infraestruturas de acolhimento de crianças ou de educação apoiadas	N.º alunos	102	64	2021
Equipamentos de ensino intervencionados	N.º	1		2021
Novas salas de aula	N.º	2		2021
Salas de aula requalificadas	N.º	2		2021
Alunos inscritos no estabelecimento de ensino no ano letivo seguinte ao termino da intervenção	N.º	102	64	2022
Resultado:				
Variação do número de alunos (diferença entre o número de alunos antes e após a intervenção)	N.º	38		2022

10. Titularidade -----

-----Para efeitos de prova da propriedade ou legitimidade para intervenção nos imóveis, remete-se, juntamente com a candidatura, o comprovativo provisório da submissão do Modelo 1 do IMI, bem como, a avaliação provisória da Administração Tributária do valor patrimonial tributário. -----

11. Documentação obrigatória na instrução da candidatura -----

-----A documentação exigida no Anexo C, bem como nas condições específicas de acesso ao Aviso, encontram-se descarregadas na plataforma do Balcão 2020 e anexas à presente informação. -----

-----III. PROPOSTA: -----



CÂMARA MUNICIPAL DE ALENQUER

-----Considerando que a Operação “**Requalificação e ampliação da EB/JI de Cadafais**” integrada no PDCT da Região Oeste reúne as condições do Aviso N.º CENTRO-73-2017-01 para submissão da candidatura via Balcão 2020 (1) propõe-se o seguinte: -----

-----a) A apreciação e despacho final de V. Exa.; -----

-----b) A autorização para submissão da candidatura no Balcão 2020/Portugal2020; -----

-----c) A ratificação do despacho de V. Exa na próxima reunião de Câmara, atendendo à falta de oportunidade para submissão da mesma à Câmara Municipal em data anterior ao prazo limite para submissão da candidatura (30 de junho de 2019);-----

-----Dar-se conhecimento ao DAF da presente informação para efeitos de previsão nas GOP de acordo com a distribuição anual do investimento ora prevista e conforme previsão facultada pelo Departamento Operativo. -----

-----À consideração superior.” -----

-----Em 28 de junho de 2019, o Sr. Presidente proferiu o seguinte despacho:-----

-----“Concordo com o proposto. Proceda-se em conformidade.” -----

-----O vereador **Frederico Rogeiro** questionou se se trata da primeira candidatura para este estabelecimento de ensino, dado que, recentemente, se falou que tinha havido um reforço para as escolas. -----

-----O **Presidente** confirmou tratar-se da primeira candidatura e adiantou que o valor que acrescentara, a cada escola, está relacionado com o valor de referência que foi estabelecido. -----

-----A vereadora **Rosália Batista** manifestou a sua satisfação pela requalificação da escola e questionou onde serão colocadas as crianças enquanto decorrerem as obras, tendo o **Presidente** informado que será uma situação a analisar porque os estabelecimentos escolares situados na parte mais urbana do concelho estão sobrelotados.-----

-----**Deliberação:** A Câmara **tomou conhecimento** e deliberou, por **unanimidade**, ratificar o despacho proferido. -----

-----**6. – Atribuição de Apoio Financeiro a Coletividades no Âmbito da XXXVII Feira da Ascensão e Festival Equestre:** - Subscrita pelo senhor Vereador Paulo Franco em 26 de junho último, foi presente a proposta número 5971 - V/2019, que se transcreve: -----

-----“CONSIDERANDO:-----

-----A informação registada sob o número 5971, em 17 de junho em curso, da Técnica Superior, Carla Pires, e que: -----

-----A realização do evento de referência tradicional em apreço inserido no quadro do equilíbrio das finanças e dos indicadores económicos municipais, com vista a potenciar as mais-valias intrínsecas do território, que decorreu de 29 de maio a 02 de junho, em Alenquer, congregou sinergias de diversos agentes locais a favor de um objetivo comum, promover, divulgar e dinamizar o tecido do Comércio Tradicional Local;-----

-----Este ano com a realização de atividades alargadas à área interior da vila de Alenquer, com a instalação de quatro palcos colocados em quatro pontos estratégicos da vila, se verificou uma adesão significativa do número de agentes comerciais, associativos culturais e desportivos, ao desafio lançado pelo município; -----

-----Neste sentido, com vista a minimizar as despesas associadas às suas participações, **considerando ainda**, os enquadramentos legal e orçamental necessários, previstos no quadro de atribuições aos Municípios, definidas no n.º 2 do artigo 23.º e nas alíneas o), u) e ff) do n.º 1 do artigo 33.º; ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, bem como a GOP 04 341 2015/16 1 - Feira da Ascensão e a rubrica orçamental 04 0602030525;-----

-----Acautelado o respeito pelas normas exigidas pela Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e pela Lei n.º 71/2018, de 31 de dezembro, que aprova o orçamento do Estado para 2019, **PROPONHO** que seja atribuído um apoio financeiro, **no valor total de 7.300,00€** (sete mil e trezentos euros), distribuído pelas seguintes coletividades participantes:-----

NOME	VALOR	OBS
Centro Cultural Desportivo e Recreativo de Chão de Sapo	900,00€	colmatar as despesas associadas ao empréstimo, montagem e desmontagem de um palco com cobertura para as atividades decorrentes no Palco 2
Grupo de Cantares Os Vindimeiros,	400,00€	
Grupo de Cantares Amigos de Ota	400,00€	
Rancho Folclórico do Carregado	400,00€	
Rancho Folclórico Os Camponeses de Canados	400,00€	
Rancho Folclórico Malmequeres do Fiandal	400,00€	
Rancho Folclórico Infantil de	400,00€	



CÂMARA MUNICIPAL DE ALENQUER

Alenquer,		
Rancho Folclórico Cacho Dourado de Aldeia Gavinha	400,00€	
Rancho Folclórico de Olhalvo	400,00€	
Rancho Folclórico Associação Recreativa da Pocariça	400,00€	
Orquestra Juvenil da SFUPA	400,00€	
Ensemble da AMCT	400,00€	
Sociedade Filarmónica Olhalvense	800,00€	
Alencriativos	400,00€	
Gerábriga,	400,00€	
Sporting Clube de Alenquer	400,00€	
TOTAL	7 300,00€	

“

-----**Deliberação:** A Câmara deliberou, por **unanimidade**, aprovar a proposta apresentada. -----

-----**7. – Atribuição de Apoio Financeiro à Associação Alegres Olhares:** - Subscrita pelo senhor Vice-Presidente, em 02 de julho corrente, foi presente a proposta número 6064 - VP/2019, que se transcreve: -----

-----“**CONSIDERANDO:**-----

-----A informação da Secretária da vereação, Cláudia Luís, registada sob o n.º 6064, em 18 de junho último e **que:** -----

-----No seguimento das ações definidas pelo Município de Alenquer para a área da Cultura e do Turismo e no âmbito das atividades desenvolvidas pela Divisão do Potencial Humano e Local, inseridas no Plano de Atividades, a “Associação Alegres Olhares” tem desempenhado um papel ativo e preponderante;-----

-----Esta Associação, ao longo de 25 anos de existência, tem representado o concelho da melhor forma sempre que solicitado, disponibilizando-se para as parcerias necessárias;---

-----Ao longo deste tempo de vida, para além dos temas tradicionais, tem uma série de temas originais ou com novos arranjos, os quais são necessários preservar e dar a conhecer;-----

-----**CONSIDERANDO, AINDA**, o enquadramento legal necessário, no que concerne ao apoio a prestar por parte da autarquia a atividades inseridas na área em apreço, nomeadamente a alínea e) do n.º 2 do art.º 23.º e as alíneas o) e u) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, as alíneas c) e d) do n.º 3 do artigo 43.º do Regulamento Orgânico do Município de Alenquer e ainda, a alínea c) do n.º 1 do artigo 17.º, a alínea d) do n.º 2 do artigo 26.º e as alíneas a), b) e c) do artigo 27.º do Regulamento Municipal de Apoio às Coletividades e ao Associativismo; -----

-----O enquadramento orçamental previsto na GOP 02 251 2015/10 9, com dotação na classificação orçamental 04 04070108, para os devidos efeitos;-----

-----O respeito pelas normas exigidas pela Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas, e inserindo-se a atividade no âmbito de um apoio pontual, previsto no quadro do Regulamento supracitado, -----

-----**PROPONHO** a atribuição de um apoio financeiro, pontual, à “Associação Alegres Olhares”, no valor de 1.500,00€ (mil e quinhentos euros), para a realização de um CD e elaboração de um livro, os quais, irão, com certeza, ser a memória das gerações vindouras, guardando em si este espólio musical de elevado valor.-----

-----Em contrapartida a Associação deverá oferecer, ao Município, 30 Cds, assim como a realização de três espetáculos, em data a definir, mas que irão, sem sombra de dúvida, enriquecer o evento onde se possam vir a realizar.”-----

-----**Deliberação:** A Câmara deliberou, por **unanimidade**, aprovar a proposta apresentada.-----

-----**8. – Atribuição de Apoio Financeiro à Sociedade União Musical Alenquerense:** - Subscrita pelo senhor Vice-Presidente, em 02 de julho corrente, foi presente a proposta número 6063 - VP/2019, que se transcreve: -----

-----“**CONSIDERANDO:** -----

-----A informação da Secretária da vereação, Cláudia Luís, registada sob o nº. 6063, em 18 de junho findo: -----

-----A estratégia definida pelo Município de Alenquer, nomeadamente nos eixos dos desenvolvimentos económico e social, assente numa estratégia diferenciadora, visando a transformação do concelho de Alenquer numa referência nacional ao nível da cultura e do turismo, fortemente potenciadora do empreendedorismo e da captação de investimento,



CÂMARA MUNICIPAL DE ALENQUER

como meios conducentes ao desenvolvimento económico a favor dos interesses e da melhoria da qualidade de vida dos munícipes; -----

-----O empenho do Município na definição e criação de pilares basilares e na implementação de um processo de valorização e divulgação do património histórico e cultural, nomeadamente no que se refere à tradição religiosa e a todas as manifestações culturais a ela relacionadas, congregando sinergias e vontades ao nível do associativismo local, em prol do bem e da dignificação da pessoa humana, no âmbito das Festas do Império do Divino Espírito Santo, sob o lema "O Espírito sopra onde quer!" -----

-----O aumento, significativo, de visitantes ao Município de Alenquer, eventuais consumidores junto do comércio local, bem como futuros aderentes ao leque de programas e atividade a desenvolver no quadro da promoção religiosa/cultural/patrimonial/histórica e turística do Município; -----

-----A necessidade de dar continuidade e consolidar as Festas do Espírito Santo, de modo a que se tornem, cada vez mais, uma imagem da marca Alenquer; -----

-----A relação com os Açores, proveniente do acordo de geminação no âmbito desta temática, e consolidando o que se iniciou em 2018, a oferta a toda a comunidade e visitantes de um bodo típico terceirense; -----

-----Que, para a realização do referido bodo, é necessária uma estrutura física que permita a confeção do mesmo, de acordo com as normas de higiene e segurança, solicitou-se o apoio e colaboração da SUMA (Sociedade União Musical Alenquerense), na cedência das suas instalações, equipamentos, água e luz, de modo a melhor poder realizar-se a pretensão do Município, desde o dia 29 de maio até ao dia 10 de junho e que o apoio desta associação foi fundamental para o sucesso desta atividade; -----

Que foram servidas cerca de duas mil refeições, número superior, quase em triplo, comparativamente ao do ano anterior; -----

-----**CONSIDERANDO, AINDA,** o enquadramento legal necessário, no que concerne ao apoio a prestar por parte da autarquia a atividades inseridas na área em apreço, nomeadamente a alínea e) do n.º 2 do art.º 23.º e as alíneas o) e u) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, as alíneas c) e d) do n.º 3 do artigo 43.º do Regulamento Orgânico do Município de Alenquer e ainda, a alínea c) do n.º 1 do artigo 17.º, a alínea d) do n.º 2 do artigo 26.º e as alíneas a), b) e c) do artigo 27.º do Regulamento Municipal de Apoio às Coletividades e ao Associativismo; -----

-----O enquadramento orçamental previsto na rubrica 04 040 70108 projeto 02 252 2015/15 7;-----

-----O respeito pelas normas exigidas pela Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas, e Salvaguardado o cumprimento dos requisitos legais definidos na Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso e inserindo-se a atividade no âmbito de um apoio pontual, previsto no quadro do Regulamento supracitado,-----

-----**PROPONHO**, a atribuição de um apoio financeiro, pontual, à Sociedade União Musical Alenquerense, no valor de 1.500,00€ (mil e quinhentos euros), para a minimização dos gastos tidos com a atividade, a qual e após a sua realização se considera ter sido de elevado apreço para quem nos visitou.”-----

-----**Deliberação:** A Câmara deliberou, por **unanimidade**, aprovar a proposta apresentada.-----

-----**9. – “Alenquer, Terra da Vinha e do Vinho” – “Alma do Vinho 2019” –**

Condições de Atribuição de Espaços Públicos: - Subscrita pelo senhor Vice-Presidente, em 03 do corrente mês de julho, foi presente a proposta número 6557-VP/2019, que se transcreve:-----

-----“**CONSIDERANDO QUE:**-----

-----Decorrem os procedimentos com vista à organização do evento em referência, “Alma do Vinho 2018”, o qual decorrerá de 12 a 15 de setembro de 2019, com o objetivo geral de contribuir para o desenvolvimento económico e turístico do concelho de Alenquer, valorizando e divulgando o património histórico e cultural concelhio por intermédio de um conjunto de sinergias e parcerias com vários *stakeholders*;-----

-----Se pretende aumentar a notoriedade dos vinhos de Alenquer e da região vitivinícola de Lisboa, não só a nível nacional, como internacional, consolidando o sucesso das edições de 2017 e 2018, e procurando captar novos públicos;-----

-----Alenquer, com Torres Vedras foram, no ano de 2018, a Cidade Europeia do Vinho, galardão que atribuiu, a estes dois territórios vinhateiros, grande notoriedade, trabalho este ao qual importa dar continuidade;-----

-----É da competência da DPHL promover o desenvolvimento através do planeamento, coordenação e execução de planos, programas e projetos do Município nas áreas da cultura, património cultural, desporto, turismo e de desenvolvimento local no concelho de Alenquer, conforme previsto na alínea a) do n.º 3 do artigo 41.º do Regulamento Orgânico



CÂMARA MUNICIPAL DE ALENQUER

do Município de Alenquer, publicado no Despacho n.º 5453/2014, de 17 de abril, DR, 2.ª série; -----

-----Em anexo se apresentam as Condições de Atribuição de Espaços Públicos no evento "Alma do Vinho 2019"; -----

-----A despesa associada ao evento tem enquadramento orçamental na rubrica 04 0602030505, projeto 03 341 2015/17 3 e salvaguardado o cumprimento do disposto na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, -----

-----**PROPONHO**, a aprovação das Condições de Atribuição de Espaços Públicos no evento "Alma do Vinho 2019", que se anexam; -----

-----O vereador **Frederico Rogeiro** concordou com os preços definidos este ano porque os do ano passado eram um pouco elevados, relativamente ao que a procura estava disponível para oferecer e acrescentou que, este evento, foi uma das coisas boas que nasceu nos últimos tempos, que deve ser protegido dos excessos que o possam prejudicar. Por muita ambição que exista as coisas levam o seu tempo a construir e devem ser construídas de acordo com a realidade. Considerou que esta medida também se deveria ter refletido no orçamento geral do evento pois, não é pelo facto de o orçamento ser, cada vez, mais elevado que o evento será melhor, na proporção do dinheiro a mais. -----

-----Pensa que será melhor para o futuro do evento que ele cresça, estruturalmente, mais devagar e, também, em relação à fatia que consome do orçamento da Câmara, dado que há outras áreas a ficar para trás. Trata-se de uma questão de prioridades. Concorda com a opção mas tem pena que, dos vários capítulos da despesa, os mercados e feiras estejam em primeiro lugar nas contas de 2018 e nas de 2017, enquanto se cumpriu muito pouco o plano de investimentos ao nível das obras. É preciso pensar nas coisas em conjunto. -----

-----**Deliberação:** A Câmara deliberou, por **unanimidade**, aprovar a proposta. -----

-----Um exemplar das condições de Atribuição de Espaços Públicos rubricado em todas as suas folhas pelos membros presentes, fica arquivado na pasta anexa a este livro de atas, por analogia com o permitido pelo artigo 5.º do Decreto-Lei número 45362, de 21 de novembro de 1963, na redação dada pelo Decreto-Lei número 334/82, de 19 de agosto. --

RESUMO DIÁRIO DA TESOURARIA:

-----Resumo diário do 05 de julho de 2019, do qual consta que as Operações Orçamentais acusam um saldo no valor de € 3.700.149,41 (três milhões setecentos mil cento quarenta

nove euros e quarenta e um centimos) e as Operações não Orçamentais acusam um saldo de € 516.743,64 (quinhentos dezasseis mil setecentos quarenta três euros e sessenta e quatro centimos). Estão depositados em Instituições de Crédito, € 4.188.663,28 (quatro milhões cento oitenta oito mil seiscentos sessenta três euros e vinte oito centimos) e em Títulos Negociáveis € 25,00 (vinte cinco euros). -----

-----A Câmara ficou ciente. -----

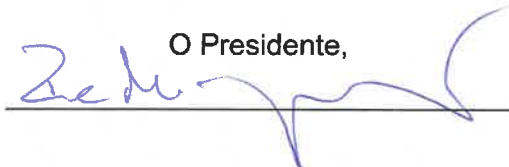
APROVAÇÃO DA ATA POR MINUTA:

-----Esta ata foi aprovada em minuta, no final da reunião, por a Câmara assim o ter deliberado, nos termos do número 3 do artigo 57.º da Lei número 75/2013, de 12 de setembro.-----

ENCERRAMENTO:

-----Eram 12,00 horas, quando o Senhor Presidente encerrou a reunião, da qual, para constar, foi lavrada a presente ata que vai ser assinada pelo mesmo presidente e por mim, Chefe da Divisão Orçamental e Administrativa, sob cuja responsabilidade foi elaborada.-----

O Presidente,



A Chefe da Divisão Orçamental e Administrativa,

